

A Padaria Espiritual e a cidade de Fortaleza no final do século XIX**Luciana BRITO***

Resumo: A Padaria Espiritual foi uma das mais singulares agremiações culturais do Ceará. Por ela passaram escritores que ajudaram a compor parte significativa da imprensa e da arte cearense. Diferente da maioria das associações intelectuais anteriores, formadas por republicanos defensores do progresso e do capitalismo, a Padaria Espiritual optou por satirizar os valores capitalistas que procuravam uniformizar todas as alteridades culturais em um só paradigma, dispondo a população ao trabalho disciplinado e ao acúmulo de dinheiro e bens efêmeros, ao mesmo tempo que valorizou a diversidade das experiências presentes na pequena Fortaleza do século XIX.

Palavras-chave: Padaria Espiritual. Imprensa Literária. Cultura Cearense.

The Padaria Espiritual and the city of Fortaleza at the end of the XIX century

Abstract: The Spiritual Bakery was one of the most unique cultural associations of Ceará. Writers who passed through it helped contribute to a significant part of the literary press and art of Ceará. Unlike the majority of previous groups, such as the French Academy (formed by exalted Republicans that were in favor of progress and capitalism), the Spiritual Bakery chose to satirize capitalist values that tried to standardize alternative cultures and transform them into a single paradigm. The association provided disciplined work for the population and enabled the accumulation of money and ephemeral assets, whilst at the same time appreciating the diversity of possible experiences in Fortaleza in the nineteenth century.

Keywords: Padaria Espiritual (Spiritual Bakery). Literary Press. Cearense Culture.

A inserção do Brasil na *Belle Époque* proporciona transformações do espaço público e do modo de vida da mentalidade brasileira, numa tentativa de alinhar-se aos padrões e ao ritmo europeu. Resultado da obsessão da nova burguesia, a ideia de modernização e progresso começa pela remodelação das cidades, o que favorece uma intensa luta contra os velhos hábitos, representados pela cultura popular que será negada; pelos grupos

* Professora Doutora Adjunta – Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Campus de Jacarezinho – Rua Padre Melo, 1200, Centro, CEP: 86400-000, Jacarezinho, Paraná, Brasil. E-mail: lbrito@uenp.edu.br.

populares, expulsos da área central das cidades; e pelos casarões e pequenas ruas, destruídos em prol de novos bairros e avenidas.

Todas essas transformações, além de favorecerem uma crise das habitações nos subúrbios, relegados às populações menos favorecidas, também proporcionam a perda da cultura nacional em consequência da transplantação da cultura europeia e uma febre de ideias e ações materialistas. De acordo com Sevckenko (1989), os historiadores são unânimes ao apontarem os motivos que levaram ao surgimento das sociedades consumistas desse período. Segundo eles, depois da “Grande Depressão” (1873), ocorrem grandes transformações tecnológicas nas cidades europeias seguidas do crescimento do sistema capitalista e das intervenções do estado na economia, o que resulta em grande produção de industrializados e capitais e, por conseguinte, uma nova era do imperialismo europeu.

A superprodução e o aumento de capitais favorecem investimentos e exportações para países menos desenvolvidos como o Brasil, o que viabilizou as grandes transformações no país, principalmente na cidade do Rio, sede da política e da economia da época. Na verdade, o objetivo dos primeiros presidentes civis e de todo seu círculo administrativo era criar e manter um país moderno em moldes europeus, mas, para realizar tal façanha, era necessário aliar tradição e modernização. Desse modo, fez-se uso da manipulação estabilizadora da opinião pública; do controle severo do estado sobre o país; da organização das áreas urbanas, procurando modernizá-las e controlar conflitos sociais. Assim, toda ação realizada por parte do estado “recuperou o verniz da credibilidade e não só restaurou, como ampliou os nexos com a rede cosmopolita” (BROCA, 1975, p. 49).

Em Fortaleza, não foi diferente, prova disso é a existência da Padaria Espiritual¹ e de seu jornal *O Pão*² cujos principais representantes, os padeiros³, sentiram necessidade de questionar a ordem estabelecida, negando a forma como foi implantado o período republicano e o ritmo de vida da *Belle Époque*. Desse modo, usando a imprensa e a arte como instrumentos, passaram a criticar as contradições sociais, políticas e econômicas do contexto em que viviam, o que gerou imensa preocupação com as classes menos favorecidas e a influência europeia que destruía os costumes locais.

Assim como ocorre com outras cidades brasileiras na segunda metade do século XIX, Fortaleza entra no processo de modernização que se espalha pelo país, o que proporciona grandes transformações no espaço público e no modo de vida da população. Resultado da obsessão da nova burguesia que se forma na província com a implantação do regime republicano, a ideia de remodelação da cidade favorece a negação dos velhos hábitos, representados pela cultura popular, numa tentativa de alinhar-se aos padrões europeus. Tais transformações, além de favorecerem inúmeras crises sociais, também proporcionam perda da cultura local em benefício da europeia.

O demasiado crescimento de Fortaleza chega a meados do século XIX fortalecido pelo algodão. A instalação do primeiro Bispado do Ceará (1853) também é um dos marcos desse desenvolvimento ao lado de outros bens de relevo social, como o surgimento de clubes, o movimento abolicionista e a intensificação da vida intelectual. Em 1863, Fortaleza conta com 16.000 habitantes, oito ruas extensas e espaçosas, calçadas de pedra tosca vinda do Mucuripe e 960 casas de tijolos alinhadas (GIRÃO, 1979). A partir de meados de oitocentos, deu-se a substituição das casas mais humildes por casarões. Segundo Raimundo Girão, “As casas baixas, proletárias, de paredes de taipa” foram substituídas “por outras mais elegantes e burguesas, de cimalthas e cornijas, com fachadas artísticas, de frontões ogivais ou balcões de ferro” (GIRÃO, 1979, p. 106).

Em 1875, Antonio Rodrigues Ferreira, então intendente, solicita ao engenheiro Adolfo Herbster a elaboração da Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, considerada o marco inicial da modernização urbana (GIRÃO, 1979). Inspirado na remodelação de Paris, realizada por Haussmann, Herbster estabeleceu o alinhamento de ruas segundo um traçado em xadrez, de forma a organizar a expansão da cidade. A partir de 1880, Fortaleza ganhou novos serviços e equipamentos urbanos.

A modernização ocorre com a chegada de firmas estrangeiras (inglesas, francesas e portuguesas), com as construções de pontes sobre o rio Ceará (1845-59) e com a criação da famosa estrada de ferro de Baturité (1872-73) (PONTE, 2001). A primeira fábrica de tecidos foi instalada em 1881 (PONTE, 2001). As reformas do porto, favorecendo as exportações marítimas em Fortaleza, também ajudam a firmar a cidade como polo comercial que tanto importava como exportava. O processo de reconstrução da cidade intensifica-se acompanhando o movimento paralelo de outras cidades do país. A construção do Passeio Público será um dos marcos da urbanização em moldes europeus da cidade de Fortaleza, bem como a famosa Praça do Ferreira. Sebastião Ponte, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), indica o Passeio Público como um desses espaços que simbolizaram a *Belle Époque* em Fortaleza, caracterizada pelos “desfiles elegantes” (PONTE, 2001).

O clima da *Belle Époque* em Fortaleza aparece tanto no aspecto cultural, quanto no urbanístico e arquitetônico. A urbanização favorece a multiplicação dos serviços urbanos: calçamento (1857), canalização de água potável (1867), iluminação a gás carbônico, bondes a tração animal, bondes elétricos, serviço telefônico, quiosques, cafés, lojas, entre outros (GIRÃO, 1979). São criadas também as grandes avenidas e dado um novo direcionamento urbano. Para saborear o gosto do progresso, na Praça do Ferreira, foram construídos quatro pontos de café, onde intelectuais e boêmios gastavam os seus fins de tarde: Java, Elegante, Iracema e Comércio.

Nesse momento, também ocorre outro dado importante que mudará os rumos tomados pelo sistema econômico cearense: o aumento populacional e a concorrência com a carne sulista, que inviabilizará a pecuária como base econômica. Sendo assim, o algodão, sobretudo nos anos de 1860 e 1870, com a alta do preço do produto determinado pela Guerra Civil norte-americana, transforma Fortaleza em um centro exportador único, para o qual convergem todas as energias da Província. Graças ao “ouro branco”, a economia cearense retomava seu crescimento, mesmo que fosse notória a decadência de outra importante produção: a pecuária. De acordo com Raimundo Girão, nesse período “[...] a província cobriu-se de algodoais; derrubavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com um machado em uma das mãos e o facho n’outra deixava após si ruínas enegrecidas.” (1947, p. 224).

No período em que o algodão tornou-se o principal produto de exportação do Ceará, o comércio internacional ocorria com os seguintes países: Estados Unidos, Portugal, França, Alemanha e Itália. Em 1866, estabeleceu-se uma linha direta de navegação entre Fortaleza e Liverpool. Segundo Pompeu Filho, o período de 1864 e 1873 foi talvez o de maior desenvolvimento do comércio internacional. “A guerra da separação americana, trazendo como consequência (sic) a fome do algodão, deu enorme incremento a esta indústria, que por sua vez refletiu na lavoura do café, cana, na criação do gado [...]” (POMPEU FILHO, 1893, p. 170).

Ao procurar reunir as evidências que indicassem o crescimento da cidade de Fortaleza e sua definição enquanto centro econômico, Maria Auxiliadora Lemenhe confere considerável importância ao desenvolvimento da agricultura algodoeira exportadora. Para ela, a partir dos anos de 1860, a cidade passou a centralizar os produtos de exportação e importação:

[...] a base essencial da prevalência de Fortaleza sobre as demais cidades decorreu fundamentalmente da centralização nela de um volume maior da produção para o mercado externo, favorecida, de um lado, pelo próprio desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris e, de outro, pela sua condição de capital. (LEMENHE, 1991, 110).

A estudiosa Ana Cristina Leite também analisou a estrutura econômica cearense valendo-se da abordagem da história do cultivo do algodão. Segundo ela, a economia algodoeira estabeleceu-se “a partir de pequenas unidades produtivas, cultivada por uma força de trabalho ainda não separada totalmente dos seus meios de produção” (LEITE, 1994, p. 144) e inibidora do mercado interno. O capital gerado sob essas condições era investido na ampliação das propriedades fundiárias e em produtos importados, o que gerou o comércio de importação. Essa organização produtiva voltada ao mercado externo atendeu

aos “interesses dos proprietários rurais e grandes comerciantes - sobretudo exportadores -, uma vez que obtinham a produção a baixo custo, elevando seus rendimentos através da renda absoluta da terra ou da troca desigual.” (LEITE, 1994, p. 144).

Denise Monteiro Takeya (1995), em um estudo da história econômica cearense intitulado *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital*, analisou a importância da produção algodoeira na expansão comercial francesa na região como fator de integração do mercado cearense na Divisão Internacional do Trabalho. A autora estudou o comércio de importação e exportação da cidade de Fortaleza e as articulações entre os mercados cearense e europeu. Examinou a participação dos comerciantes franceses e como fortaleceram seu poder econômico no Ceará, exercendo influência política e solidificando sua presença no setor econômico.

A expansão das forças produtivas locais baseada na definição das relações de trabalho, da estrutura fundiária, das relações entre produção e comércio internacional e baseada na posição centralizadora da cidade de Fortaleza nesse processo de incorporação da economia local à divisão internacional do trabalho, levou a capital da província a centralizar inúmeras funções, principalmente administrativa e comercial. O crescimento populacional da cidade acompanha esse desenvolvimento econômico que se intensifica a partir dos anos de 1860, para estabilizar-se na última década do século, quando o surto econômico chega a seu final, passando por uma fase de estagnação.

A Fortaleza que se modernizava não era para todos. Por isso, as classes mais abastadas logo cuidaram de “limpar” a cidade da presença incômoda daqueles que sujavam e enfeavam os lugares de “gente de bem”. Quem eram esses invasores? Os retirantes, os bêbados, as prostitutas, os pedintes, os lazarentos, os moleques de rua. Para eles, foram construídos o Lazareto da Lagoa Funda, a Santa Casa da Misericórdia, o Asilo de Alienados São Vicente de Paula, o Dispensário dos Pobres, o Asilo de Mendicidade para confinar os idosos e pobres, e os abarracamentos para abrigar os retirantes da seca. Para os mais revoltados, penitenciárias (PONTE, 2001).

Com tamanha desigualdade, a segregação social estava presente até mesmo naquelas obras construídas para serem espaços públicos de lazer e recreação. É o que denuncia Sebastião Ponte quando relata que o Passeio Público foi edificado para ser “lugar de recreação para todos... mas separadamente” (2001, p. 37). Elaborado em três planos, a área central era frequentada apenas pelas elites, pelas pessoas de classe, ao passo que os outros dois planos eram reservados para as classes médias e populares. Obviamente, não existia nenhuma determinação oficial, dividindo o Passeio por tipos de frequentadores, a separação ocorria naturalmente. O mesmo acontecia nos cafés da Praça do Ferreira, onde ia todo tipo de gente, mas nem todos eram bem-vistos. Construídos para as pessoas ricas

da cidade, só quem tinha condições de se vestir à moda francesa podia se deliciar com as coisas que lá eram vendidas.

É nesse período que surge em Fortaleza a Padaria Espiritual. Isso explica o espírito crítico e combativo dos padeiros que, diferentemente dos grupos anteriores, não veem com bons olhos a forma como foi implantado o período republicano e muito menos a importação dos moldes de vida europeu muito diferentes da realidade cearense. Com a perspectiva ampliada pelo conhecimento do que ocorre e, sobretudo, do que se escreve na Europa e no Brasil, os padeiros sentiram-se capazes de criticar, apontar direções e, até mesmo, intervir nos rumos de seu país, de seu estado, de sua cidade. Desse modo, passaram a questionar a ordem estabelecida, lutar pelo surgimento de um público mais intelectualizado (diga-se leitor), bem como o reconhecimento social por meio do mundo das letras na medida em que não encontravam funções compatíveis com o seu nível de aperfeiçoamento intelectual.

As agremiações anteriores, defensoras da ideologia civilizatória, baseada no progresso, tecnologia e ciência, queriam transformar a cidade de Fortaleza em um grande centro. Para tanto, defendiam o regime republicano, o modo de vida europeu e o conhecimento científico-tecnológico resultado da leitura de Comte, Spencer, Darwin, Haeckel, Taine e Renan, entre outros que fascinavam o seletivo grupo de intelectuais que, no final do século XIX, já não encontravam respostas para seus anseios modernizadores nas críticas intuitivas e subjetivas do Romantismo. O jornalista Farias Brito, membro de diversas agremiações cearenses e colaborador de vários jornais, como é o caso de *A Quinzena*, em um poema intitulado “Os dois vultos”, pertencente à obra *Cantos modernos*, em que coloca a abolição como caminho de integração da história local com a universal, descreve dois vultos que se contemplam frente ao mar, no caso a Europa e a América:

A Europa é a velha mãe, a América é a filha;
E são a mesma luta, a mesma potestade;
Uma é o grande ser que vem de tempos idos,
A outra, o grande ser que vai pr'a eternidade.
E formam, pois, assim a intérmina cadeia
Dos homens do universo unidos a lutar.
Uma traz a ciência e diz: Venho de longe.
A outra fita o mundo e diz: Vou caminhar.
(BRITO, 1889, p. 34 apud STUDART, 1924, p. 290).

A influência europeia fica clara no fragmento, visto que a Europa representa a grande tradição que alimenta os ideais americanos e fomenta a luta por modificações importantes, como é o caso da liberdade (abolição) e da implantação do progresso com base nas teorias científicas, diga-se evolucionista, tão difundidas no período. Quando efetivar as transformações necessárias, a “velha Europa” irá aplaudir “A insigne decisão do povo brasileiro”.

Diferentemente, os padeiros, preocupados com a afirmação de uma realidade nacional, passaram a eleger a realidade popular brasileira como definidora do caráter nacional, em específico o modo de vida simples dos cearenses, ao mesmo tempo que negavam o ritmo de vida da *Belle Époque*. Sendo assim, pode-se dizer que a Padaria comportou traços de teor nacionalista-regionalista, visando apresentar uma identidade nacional ao seu público numa época em que muitos políticos e intelectuais buscavam uma imagem para representar o Brasil, que ainda não apresentava uma identidade definida perante o cenário internacional.

Essa leitura da realidade local baseava-se no modo de vida dos cearenses mais simples, que viviam nos sertões ou nos arrabaldes da capital, em geral remanescentes de indígenas, caboclos, retirantes, negros emancipados e pobres, uma grande parcela da sociedade que, a duras penas, resistia à ideologia do progresso, disseminada por grupos intelectuais como a Academia Francesa e o Centro Literário. Republicanos enérgicos e intelectuais cientificistas adeptos da filosofia positivista, tais grupos eram favoráveis ao trabalho disciplinado e à ordem industrial-civilizatória que consideravam o melhor modo de vida para os indivíduos daquela época, ao mesmo tempo em que negavam as manifestações populares.

Tais ideias servem como ponto de partida para uma forte disciplina urbana ocorrida em Fortaleza a partir da década de 1850, baseada no controle social das camadas baixas mediante a criação de asilos de mendicidade, reformatórios, abarcamentos e um lazareto. Policiais, políticos, comerciantes importantes e membros da elite contribuíram para a tentativa de efetivação do ajustamento social aos moldes das metrópoles industriais, à medida que destruíam a cultura popular cearense. Segundo Cardoso, as facções políticas oligárquicas e as classes urbanas emergentes eram agentes:

[...] de imposição de uma violenta disciplina urbana, a reproduzir o consumismo de forma selvagem (promovendo relações de desigualdade entre os indivíduos), bem como concentrar poder político com mandonismo, violência física e atos ilícitos, nepóticos e clientelistas, característica das oligarquias brasileiras, ainda muito em voga no país. (CARDOSO, 2002, p.31).

De acordo com o estudioso Nicolau Sevcenko (1989), é precisamente nos anos de legitimação e implantação da república no Brasil que ganham maior relevo os ideais fervorosos do progresso em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro, levados a cabo pelas elites emergentes nos centros urbanos. Na Capital Federal, por exemplo, assim como ocorre em Fortaleza, as reformas realizadas, “caso indicassem que os cariocas estavam a caminho da civilização pelo atalho da europeização, também significavam, necessariamente, uma negação, no final, de muito o que era efetivamente brasileiro”

(NEEDELL, 1993, p. 70), como é o caso da cultura. Seguir a modernização europeia significava abandonar aquilo que a elite via como passado colonial atrasado, e criticar os aspectos raciais e culturais do país que pareciam estar atrelados àquele passado. Needell, usando de certa dose de sarcasmo, comenta que:

Tais indivíduos queriam pôr um fim ao Brasil antigo, ao Brasil “africano” que ameaçava suas pretensões à Civilização, apesar de se tratar de uma África bem familiar à elite. A maior parte desta havia sido provavelmente acalentada por negras e vivia rodeada por empregados negros, tendo testemunhado de perto a escravidão, abolida apenas em 1888. (NEEDELL, 1993, p. 71).

Naquele momento, qualquer forma de manifestação cultural estava sendo reprimida pelas “novidades de consumo” vindas com os modelos políticos, econômicos e sociais importados das grandes potências industriais europeias. Também não se deve esquecer de que as autoridades republicanas faziam represália às manifestações populares, em especial às festas tradicionais, pois estas, além de, em certa medida, contestarem o poder instituído e transgredirem a moral do trabalho (afrontando a ideologia do progresso), também representavam uma transgressão às posturas de comportamento urbano tão defendidas durante a República. Em outras palavras, não havia espaço para particularidades culturais; todos deveriam seguir as mesmas ideias e ter os mesmos comportamentos que, em sua maioria, eram oriundos das elites urbanas que, por sua vez, recebiam influências constantes do modo de vida europeu, como afirma Sevcenko:

A elite dominante, com raízes no Velho Mundo, procurou impor seus padrões e seus fins a uma natureza e a populações que tratava como meros instrumentos de seus projetos maiores. Seu recurso para efetivar esses fins eram códigos rígidos e sistemas de racionalidade. (SEVCENKO, 1989, p. 39).

As tentativas de alinhamento das alteridades culturais e das experiências sociais das camadas subalternas de Fortaleza no século XIX à ordem industrial-civilizatória, seriam índices denunciadores. O padeiro Adolfo Caminha, na sua coluna de crônica intitulada “Sabatina” publicada nas colunas do jornal *O Pão*, denuncia o desaparecimento e a descaracterização das festas populares cearenses:

E o bumba-meu-boi? e os congos? e os fandangos e todas estas festas tradicionais que o povo se incumbia de criar para gáudio dos rapazes alegres?
... Tudo, tudo vai desaparecendo com o patriotismo nacional. O natal, como S. João e como todas as festas de caráter popular – vai degenerando em festa aristocrática. (CAMINHA, 1892c, p. 3).

Segundo ele, as festas tradicionais estariam desaparecendo em razão da intensa entrada de valores e comportamentos capitalistas originários da *Belle Époque* francesa, oriunda das sociedades capitalistas industriais que procurava uniformizar todas as alteridades culturais em um só paradigma: predispor a população às leis puramente capitalistas. Essa descaracterização das festas populares diante da consagração capitalista se firma com o novo regime político implantado no Brasil, o republicano.

O padeiro Sabino Batista também comenta em uma de suas crônicas, “Noite de Festa”, o desaparecimento das festas populares:

Com que saudade não me recordo eu hoje das festas populares que vão sendo substituídas pelos bailes aristocráticos!... Antigamente, eram os fandangos, os congos, o bumba-meu-boi e as legendárias pastorinhas que, por toda parte, enchem de luz e de alegria a noite de natal; hoje são os bailes da alta sociedade; o povo já não brinca, o povo já não se diverte. Benditas sejam tu, ó noite de festa, que tantas recordações me trazes dos tempos idos, da minha meninice tão rendilhada de sonhos e harmonia... (BATISTA, 1895, p. 5).

Ao que tudo indica, as festas folclóricas, as brincadeiras, os cultos religiosos, isto é, os resultados da experiência coletiva dos cearenses que, ao longo da história, materializaram a sua realidade desde os tempos remotos da antiga vila, apresentavam-se como ações subversivas à ordem e ao controle social determinado pela elite civilizatória.

O padeiro José Carlos Júnior, em um artigo intitulado “Carta à Padaria”, descreve as transformações negativas trazidas pelo progresso às pequenas cidades do interior cearense:

Vêem (sic) vocês uma cidadezinha de três ou quatro mil almas, perdida aí por essas matas, ou sertões modesta e faceira, recendendo de aromas campesinos, toda singela, toda louçã, encantadora na sua matutice robusta e sadia.

Há coisa mais agradável do que viver ali uns dias de uma vida quase primitiva, em que a ausência de mil amofinações e dilates da senhora civilização põe um sabor especial e delicioso até mesmo no que lia de rude e grosseiro?

Ponham-lhe agora um caminho de ferro e hão de ver.

Vão-se a poesia e singeleza dos costumes, e começa o monstro de fogo a trazer da capital diariamente o espírito de imitação, (um espírito mais nocivo que o da cana) que faz com que as pequenas cidades vivam a macaquear continuamente às grandes, da maneira mais burlesca e aleijona (sic).

Não tardam vir chegando as cártulas e os pianos; besuntam-se as matutas com pó de arroz e os matutos com literatura, e aparecem pelas paredes a torre Eiffel e o homem do bacalhau; o barbeiro adorna a sala com as inevitáveis odaliscas de fisionomia inglesa. Os trombones da localidade põem-se a estudar meses inteiros a mais sedição (sic) das polcas em voga na capital; instala-se um clube dançante, e um palha-bote em miniatura começa a esvaziar cerveja nas tripas da população. (CARLOS JUNIOR, 1895a, p. 4).

Representado, inicialmente, pelo trem de ferro, o progresso destrói a cultura local na medida em que impõe o ritmo de vida de origem europeia, que vigora nas principais cidades do país. Diferente dos costumes da região, considerados singelos, a cultura oriunda do progresso impõe um padrão único não respeitando as particularidades: todos passam a ter os mesmos gostos, a se vestir da mesma forma, a ouvir as mesmas músicas, enfim, perdem os seus traços individualizantes que a simplicidade do campo mantinha. No fragmento, fica muito clara a crítica à importação da cultura inglesa e francesa, representada pela “Torre Eiffel” que aparece nas paredes das casas e pela “fisionomia inglesa” apresentada pelas odaliscas. Vale lembrar que a Torre Eiffel, desenhada pelo famoso arquiteto Gustave Eiffel, anunciava uma nova era na engenharia e no uso do aço. Industrial e elegante, passa a ser o símbolo perfeito da *Belle Époque*, em que beleza e inovação na arte e na arquitetura eram celebradas.

Antônio Sales, diferente de José Carlos Júnior que fez críticas indiretas à Inglaterra e à França, ataca de uma forma violenta os impulsos imperialistas da pátria inglesa, considerada uma nação cuja lógica é tomar posse de qualquer coisa que esteja “longe de seu dono”. Diz ele, na coluna de crônica intitulada “Os quinze dias”, que:

Um navio inglês encontra em pleno Atlântico uma ilhota desabitada, sem ferro nem signa, e, como precisa ter naquelas alturas um posto telegráfico ou um depósito de carvão para as suas viagens ao Rio da Prata, desembarca gente e grita ao mundo civilizado: - Isso aqui fica sendo meu. (SALES, 1895a, p. 1).

Nesse fragmento, Antônio Sales faz uma crítica à tomada da Ilha da Trindade pelos ingleses. De acordo com Machado (2000), o descobrimento da ilha é atribuído ao navegante espanhol João da Nova, que viajava a serviço de Portugal. Um ano após a descoberta, o português Estevão da Gama, durante uma viagem para a Índia, visitou a ilha. Ignorando a passagem de João da Nova, Estevão deu o nome para as terras de Ilha da Trindade, mantido até hoje. Em 1700, o astrônomo inglês Edmond Halley, durante uma expedição para realizar medições magnéticas no Atlântico para o governo inglês, ter-se-ia deslumbrado com os contornos e formas impressionantes da ilha, e resolveu tomar posse, desconhecendo a descoberta de Portugal. Em 1781, a Inglaterra ocupou a ilha com tropas militares. Sabendo da ocupação, Portugal protestou em Londres. Enquanto o assunto se resolvia pelos canais diplomáticos, em 1783, o vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, enviou 150 militares de artilharia de desembarque a bordo da nau “Nossa Senhora dos Prazeres” para expulsar os ingleses. Quando as tropas de portuguesas chegaram, os ingleses já haviam abandonado a ilha. Em 1895, a Inglaterra voltou a ocupar Trindade, declarando-a território britânico.

Daí a crítica do padeiro, que elege esse episódio como exemplo do imperialismo selvagem dos ingleses. Depois de dizer que Londres é uma “aranha colossal a estender sua teia páfida pelo mundo inteiro: triste de quem cai nas malhas” (SALES, 1895a, p. 1), Sales comenta que os britânicos têm, de civilização, somente o monóculo, a fatiota e o chapéu de cortiça, pois, no fundo, conservam “traços profundos da barbárie” de sua raça dominadora e brutal.

Waldomiro Cavalcante foi outro padeiro que criticou a influência estrangeira por meio das crônicas “Os quinze dias”:

Festa, Ano Novo e Reis Magos, mas sem uma nota que fique recordando o que foram esses dias, incaracterizados por essa consagração burguesa que se resume na exposição de uma vestimenta nova ou escovada, de um bolo feito com economia de manteiga, atenta a carestia de gênero [...] Nada tradicional que desperte a admiração ou emocione. As antigas lapinhas, que em sua simples encenação d’outros tempos nos sugeriam alegrias bucólicas, efusões sadias e confortantes, enleivavam-nos, transportando-nos em espírito aos tempos primitivos da era cristã, seguem caminho de decadência, desvirtuando as belas lendas que representam [...] (CAVALCANTE, 1895, p. 1).

Mais adiante afirma:

O devoto ilustre, que parecia mostrar-se simpático ao positivismo, não esqueceu, em sua minudência de detalhes de apresentar a bandeira nacional flutuando sobre a cabeça dos reis do Oriente, e n’elas escritas as palavras simbólicas da vinda da República: Ordem e Progresso [...] Horrorosa rebeldia de iconoclastas persegue tanto as usanças e costumes nacionais que bem nos parece não estar longe o dia em que os devotos de minha terra, n’uma exaltação entusiasta tomem de assalto a matriz de Porangaba e substituam a coroa de mártirios do Bom Jesus dos Aflitos por uma cartola. (CAVALCANTE, 1895, p. 1).

Nota-se, neste fragmento, uma crítica direta à moda da *Belle Époque*, ou seja, ao uso da cartola pela elite mundana, que também fazia uso do fraque, da bengala, dos charutos, dos perfumes, enfim, uma total importação da moda e dos costumes europeus. Outro dado importante do trecho é a crítica à iconoclastia do período e ao regime republicano. Waldomiro Cavalcante, que fez parte da geração dos Novos do Ceará, foi um dos grandes alardeadores do regime republicano, todavia a implantação da República, diferente do que havia defendido, veio legitimar as velhas oligarquias cearenses no poder e consagrar a vitória das práticas autoritárias e excludentes. Os intelectuais que tanto lutaram pela causa republicana, como é o caso de Waldomiro, sentiram-se unanimemente repelidos. Falando sobre a implantação do regime republicano no Brasil, diz Sevcenko:

Já precocemente, na época do Governo Provisório, Lopes Trovão, um dos próceres da campanha republicana, proclamava a sua desilusão: “Essa não é a República dos meus sonhos”. Conspurado pelas adesões maciças e disputas canhestras de poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziava rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas. Esterilizados pela sua acomodação, os políticos e os partidos que se assenhoraram da situação tornaram-se alvos de violentas críticas por parte dos grupos intelectuais. Censurava-se-lhes a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e sobretudo a incapacidade técnica que os caracterizava. (SEVCENKO, 1989, p. 87).

O padeiro José Carlos Júnior publica um soneto, “Ordem e Progresso”, em *O Pão*, em que comenta a situação política brasileira nos primeiros anos do regime republicano:

Depois que a Realeza fez naufrágio,
A mão do Estado segue falsa rota.
O crédito se extingue, aumenta o ágio,
Medonha se aproxima a bancarrota.

Do Equador ou Bolívia triste plágio,
O Brasil de caudilhos se abarota:
Sofismam-se os Direitos e o sufrágio.
A nova Carta mesmo já vai rota.

Alça a guerra civil horrendo colo;
Brasílio sangue inunda o pátrio solo
É confusão a lei, farsa o congresso!

E no meio do caos em que vivemos,
E no abismo onde agora sorvemos
Procuro embalde a Ordem e Progresso.

(CARLOS JÚNIOR, 1895b, p. 4).

O Estado, nesse momento, faz uso da violência para conter todo tipo de revolta, crítica e manifestações culturais consideradas subversivas. Outro dado interessante ressaltado pelo padeiro é a crise econômica que assola o país: “O crédito se extingue, aumenta o ágio”. A demasiada expansão do crédito e a desregulamentação das atividades econômicas provocaram a explosão de venda de ações, a fundação de numerosas companhias e a disseminação da especulação e da corrupção, o que leva à ruína muitas famílias tradicionais que não acompanharam as mudanças econômicas. Ao mesmo tempo, a especulação cambial proporcionou enormes lucros para financistas, banqueiros internacionais, especuladores da praça, burocratas, que se enriqueciam do dia para a noite e, muitas vezes, apresentavam integridade duvidosa.

As cidades cearenses cresciam de uma forma desordenada e a população, em geral, era vítima de inúmeras calamidades e infortúnios. Seguiam-se os modelos tecnológicos e urbanísticos europeus, mas não se copiava o exemplo infraestrutural e higienista, ou seja, o bem-estar social não acompanhava a corrida em busca do progresso. Sendo assim, as

críticas à modernidade são constantes nas colunas de *O Pão*. Antônio Sales, de modo saudosista, comenta as transformações negativas ocorridas em Porangaba que, comparada a uma rapariga civilizada que usa espartilho, tecidos parisienses e anda somente de bonde, transformou-se em um humilde prolongamento de Fortaleza na medida em que perdeu os vestígios de seus primitivos encantos. A esse respeito, Sales relata nas crônicas “Os quinze dias”:

Quem a conhece somente através dos velhos, mas formosos versos do nosso velho e pouco formoso, mas sempre inspirado Juvenal Galeno, ficaria bem espantado de vê-la agora enfronhada nos adornos que a civilização lhe emprestou, para mal dos seus pecados. [...] O rapazio do comércio, das repartições e das escolas foi levar-lhe a nota burguesa dos seus fraques pelintras e dos seus sapatos lustrosos. (SALES, 1895b, p. 1).

Em outra crônica, Antônio Sales comenta que a modernização não proporcionou apenas mudanças urbanísticas, mas também morais:

Parece que a nossa cidade, ao passo que se alarga materialmente, vai-se estreitando moralmente, de forma a assumir as mesquinhas proporções mesológicas de um lugarejo matuto com todo o seu fervilhamento de intrigas, de picardias e bisbilhotices. (SALES, 1895c, p. 1).

Uma leitura dos textos dos padeiros e do Programa de Instalação denota claramente uma grande aversão e uma guerra declarada aos alfaiates (que simbolicamente representavam os burgueses), à polícia e ao clero. O artigo XXVI do Programa de Instalação determina que: “São considerados, desde já, inimigos naturais dos Padeiros – o Clero, os alfaiates e a polícia. Nenhum Padeiro deve perder ocasião de patentear seu desagrado a essa gente.” (Apud MOTA, 1938, p. 29.) A corporação policial é considerada pelos padeiros uma instituição que impõe regras e serve ao poder. O programa da agremiação também menciona a aversão ao clero, considerado um grupo de aproveitadores que tiravam vantagem da fé alheia. A palavra “alfaiate” apresenta-se conotativamente, como símbolo de lucro, extorsão, vantagem, exploração, ou seja, uma referência ao burguês. Nos textos dos padeiros são muitas as críticas direcionadas ao burguês; existem até máximas sobre o assunto, como estas encontradas na seção “Saco de ostras”, disposta nas colunas do jornal *O Pão*: “O nervo ótico de um burguês tem sua raiz no estômago” (SALES, 1892a, p. 8) / “A pança de um burguês é o princípio de seu castigo” (SALES, 1892b, p. 2).

Na sessão em que foi comemorado o primeiro aniversário da Padaria Espiritual, no Café Java, os padeiros declamaram o seguinte poema:

Padeiros! O calendário
Do tempo marca afinal
O primeiro aniversário

Da nossa mãe espiritual.

Um ano de vida (é incrível!)
Completa hoje a *Padaria*
A inimiga mais terrível
Que possui a burguesia.

Um grupo atirado e guapo
De dez ou doze rapazes,
- Cidadãos muito capazes
De matar onça a sopapo, -

Teve a boa inspiração
De fundar (boa, ora si!)
A grande associação
Que festejamos aqui.

Há um ano – quase em geral –
Exclamava a burguesia:
– *Padaria Espiritual* ?
– Que quer dizer *Padaria*?

– Que grandiosa novidade!
– Que título tolo e banal!
– Chamar-se uma sociedade
– *Padaria Espiritual!*

Assim chamava basbaque
A burguesia intrigada,
Salientando o sotaque
De uma voz arrasada.

E, a *Padaria*, do alto
Do *Forno*, à rua Formosa,
Trazia em continuo assalto
Toda esta corja raivosa.

Cada padeiro era um forte
Guerreiro de espada e capa,
Fazendo guerra de morte
A tudo quanto era *chapa*.

O *Pão*, jornal que tinha
Orgulho em ser fabricado
Com a mais pura *farinha*
Que vem ao vosso mercado,

Batia sem ter piedade
A massa descomunal
Da chata mediocridade
Balofa, pífia, banal.

Cada mês que se extinguiu
Para nós era uma glória,
Vendo sempre a *Padaria*
De pé, a cantar vitória.

O grande indiferentismo
Dos ignaros banqueiros
Nunca causou prejuízo

A nenhum de nós, *padeiros*.

Comentando um episódio
Nunca demos importância
À colossal ignorância
Dos que nos votaram ódio.

Assim conseguiu viver
Nossa Mãe um ano, breve,
Sem ouvir ninguém dizer:
– *A terra lhe seja leve!*

Hoje, porém, que aqui estamos
Reunidos em sessão,
E que alegres festejamos
A nossa associação,

Devemos mais uma vez
Fazer um protesto forte:
– Votar a todo burguês
O nosso ódio de morte!

(BARREIRA, 1948, p. 146-8)

Pedro Nava (1973), ao observar, nesse poema, as críticas incisivas à burguesia, traça, indiretamente, uma relação entre esse ódio declarado dos padeiros ao burguês e o que surgirá três décadas depois no poema “Ode ao burguês”, de Mário de Andrade. Uma das partes de seu livro *Baú de ossos*, em que o estudioso refere-se ao espírito revolucionário da agremiação, tem, como epígrafe, os versos do escritor modernista. Vale ressaltar que o burguês, a quem os padeiros e Mário de Andrade declaram guerra, representa o mundo materialista, a fortuna mal adquirida, o capitalismo excludente.

A Padaria Espiritual não era uma associação preocupada apenas com as questões de ordem literária, mas também com os assuntos relacionados aos comportamentos e valores da época. Cabe salientar que a ideia de fornecer “pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral”, apresentada no primeiro artigo do “Programa de Instalação”, tem, como intuito, orientar os leitores a não serem tomados pela falsa realização material resultado do intenso consumo de produtos industrializados, oriundos da filosofia burguesa, tão em voga na época. Preocupados em fornecer alimento ao espírito do povo, os padeiros vão contra a atitude burguesa de atender tão somente às exigências do “corpo”, pouco se importando com o aspecto espiritual.

Adolfo Caminha, na coluna de crônicas “Sabatina”, ao comentar o grande alvoroço provocado pelo jornal *O Pão* na sociedade cearense, uma sociedade, segundo ele, monótona, preocupada apenas com o aluá, a seca e a política, assim se refere ao seguimento burguês da sociedade, cujos integrantes eram considerados pelos padeiros os mais terríveis inimigos:

Que celeuma! Que alvoroço, de tarde, à porta das boticas, quando os senhores burgueses, de panca cheia, arrotando carne cozida e palitando os dentes, reúnem-se para tesourar o reverendíssimo próximo! Deixem lá; foi um verdadeiro sucesso o aparecimento d'O Pão na arena jornalista. (CAMINHA, 1892a, p. 1).

Os burgueses são descritos, pejorativamente, como seres comilões, esbanjadores, mal educados, cuja única preocupação é “encher a pança”. Em seguida, diz que a burguesia afirmou que os padeiros eram “uns idiotas sem eira nem beira, uns pelintras sem letras nem dinheiro”, uma sociedade especulativa assim como a loteria do Ceará. Procurando defender a agremiação dos ataques burgueses, enfatiza que os padeiros só desejam o “sucesso”, o “ruído”, a “movimentação”. Caminha sabia da necessidade de mudança de pensamento por parte da sociedade cearense da época, que a Padaria Espiritual tanto atacou, sobretudo na sua primeira fase. Pregando a indisciplina, o estardalhaço, os padeiros iam contra as classes médias urbanas emergentes e as facções políticas oligárquicas, agentes de imposição de uma violenta disciplina urbana com o intuito de favorecer o consumismo, bem como manter a concentração de poder político.

Em outra crônica “Sabatina”, o padeiro apresenta algumas reflexões amargas sobre a existência humana. Diz ele:

Sucedem-se os dias, passam as semanas, findam-se os meses, e a vida, a triste vida humana figura-se-nos cada vez mais monótona e misteriosa, com as suas misérias eternas e o eterno desespero daqueles que, por uma lei absurda e estúpida, são obrigados a trabalhar, como uma besta, de sol a sol, de manhã à noite, incessantemente, sem descanso, para o fim de não morrer p'r'ahi, de fome, como cães sem dono, n'um desespero absoluto, aos pontapés da burguesia rica. (CAMINHA, 1892b, p. 4).

Para o cronista, a existência humana seria marcada pelo trabalho contínuo em troca do acúmulo de dinheiro, ideia esta originária da filosofia burguesa. A monotonia, o tédio seriam outros reflexos da vida burguesa, ou seja, o resultado propiciado pela febre de consumo de produtos industrializados, a realização do indivíduo limitada ao dinheiro, aos bens materiais.

Nessa crônica, também há uma crítica às diferenças socioeconômicas existentes na época, isto é, a desigualdade política e econômica entre a classe burguesa e a pobre (caixeiros, vendedores ambulantes, pescadores, entre outros) que, segundo o cronista, é tratada “aos pontapés”. Nas crônicas de Caminha, são comuns as longas críticas às relações sociais e aos modos de vida “aristocratizantes” oriundos dos países europeus que, incorporados pelas elites brasileiras urbanas, contribuíram para aumentar as diferenças socioeconômicas no país.

Os padeiros atacavam constantemente o modo de vida burguês e, principalmente, a “filosofia do trabalho” oriunda do mundo capitalista, amplamente difundida por diversos grupos na província como regeneradora das massas e promotora do progresso. A principal questão levantada pelos jornais a partir da seca foi a reorganização do trabalho na província. Associada ao momento de recuperação econômica local, a ideia de trabalho como regenerador é bastante disseminada. As discussões são incorporadas desde o discurso oficial, às manifestações da elite comercial e ao movimento abolicionista nascente. Por ocasião da inauguração das atividades da construção da Estrada de Ferro de Sobral em 1879, o presidente da província, Leão Veloso, incorpora a ideia em seu discurso, salientando que:

[...] congratulava-se com a província, com os ilustres engenheiros da estrada e com os brasileiros amantes do progresso, pela realização desta empresa, um dos maiores benefícios que poderiam ser concebidos ao Ceará, no presente, por dar útil ocupação a milhares de braços que à míngua de trabalho definhavam, e, no futuro, como segundo elemento de restauração e propriedades [...] (STUDART, 1924, p. 262).

A preocupação em oferecer ocupação e educação aos retirantes mobilizou a sociedade comercial da cidade de Fortaleza. Em abril de 1880, o governo da província criou uma colônia de trabalho agrícola em terras doadas pelo comerciante Luis Ribeiro da Cunha. A ideia era atender “à urgente necessidade de dar asilo, e a conveniente educação aos órfãos que as calamidades da seca e da peste, [...] deixaram entregues à proteção do governo” (STUDART, 1924, p. 262). A colônia agrícola ficou pronta em junho de 1880 e, na cerimônia de inauguração, o presidente da província fez novamente apologia à filosofia do trabalho.

Em todos os exemplos citados, a ideia do trabalho regenerador está presente, seja para disciplinar retirantes, oferecer possibilidade de trabalho no interior da província, seja para educar órfãos. Contudo, o modo como é tratada a questão não evidenciava mais do que uma associação entre trabalho-correção-progresso.

As transformações ocorridas com o período da seca destruíram a imagem da prosperidade provincial que vinha sendo constituída desde os anos de 1860 e marcou não apenas uma nova estruturação dos projetos de modernização da estrutura produtiva da província, como também inaugurou para a elite dirigente local a construção de novos parâmetros de organização social. Até então, a ideia difundida da prosperidade local significava apenas algumas adaptações às novas exigências de produção estabelecidas com a comercialização em grande escala do algodão no mercado externo. A realidade provincial, após o término da seca, era muito complexa, exigindo a superação de diversos problemas: famílias desabrigadas, grande número de órfãos, emigração para províncias,

deficientes, epidemias. Sendo assim, a solução adotada foi a disseminação da ideia de trabalho como organização social.

A desorganização social da província possibilitou a construção de uma ideologia reformadora que tinha, como eixo central, a disciplina e o trabalho. A imprensa local já incorporava a ideia de positividade do trabalho oriunda de leituras evolutivas, porém de uma forma superficial e que ainda não se caracterizava enquanto ideia estruturada, como é o caso da Academia Francesa. Desse modo, pode-se dizer que as ações sociais ocorridas a partir do início dos anos de 1880 desenvolveram-se a partir do veículo da imprensa e se efetivaram mediante ações governamentais apoiadas pela elite.

Diferente do que fora protestado pelas agremiações literárias da velha Mocidade (combatentes às estruturas de “atraso”, adeptas do progresso, do trabalho) e pela elite local, os padeiros satirizavam os valores da ordem capitalista-civilizatória por não corresponderem às expectativas da vontade maior, coletiva e popular. Sendo assim, os setores emergentes da capital foram, sem dúvida, os grupos mais perseguidos pela pilhéria e o sarcasmo da Padaria Espiritual. A crítica à classe burguesa, à mudança de hábitos e valores durante o crescimento comercial e urbano da cidade, vai em direção à lógica do trabalho imposta pela ordem capitalista e aos modos de vida surgidos com aquele tipo social. Os padeiros também parecem estar muito preocupados com o confronto entre o modo de vida e os valores da pequena Fortaleza e as crescentes novidades culturais estrangeiras que, aos poucos, iam sendo incorporadas pelo povo cearense.

Deve ser entendido que os padeiros não alimentavam qualquer ideia de xenofobia, mas não poderiam deixar de perceber a velocidade com que os costumes regionais iam sendo abandonados em prol da cultura europeia. Preocupados com a preservação da cultura popular local, passaram a negar tudo aquilo que lhes parecia inadequado à literatura nacional, como demonstram dois artigos do Programa de Instalação:

14 – É proibido o uso de palavras estranhas à língua vernácula, sendo porém permitido o emprego dos neologismos do Dr. Castro Lopes.

21 – Será julgada indigna de publicidade qualquer peça literária em que se falar de animais ou plantas estranhas à Fauna e à Flora brasileira, como – cotovia, olmeiro, rouxinol, carvalho, etc. (Apud MOTA, 1932, p. 29).

Estes dois artigos proíbem o uso de estrangeirismos, algo comum entre os intelectuais da época, em prol de uma linguagem genuinamente brasileira. Segundo o historiador Gleudson Passos Cardoso:

É bem provável que os sócios da Padaria Espiritual estivessem preocupados com a preservação da diversidade da cultura popular local. Pois, naquele tempo de violenta imposição da racionalidade técnico-

científica, as manifestações populares eram reprimidas tanto pelos aparelhos coercitivos como pela estética das “novidades de consumo” vindas com a economia monopolista das potências industriais. (CARDOSO, 2002, p. 24-25).

De acordo com os padeiros, para impedir o avanço do sistema capitalista e manter a cultura cearense, era necessário preservar a linguagem popular local e os costumes tradicionais. De certa forma, a Padaria Espiritual já se preocupava com essas questões, seja na aversão aos estrangeirismos seja na valorização da diversidade da cultura popular, da qual resultou o Cancioneiro Popular organizado por eles. O artigo 34 do Programa de Instalação declara que: “A Padaria Espiritual obriga-se a organizar, dentro do mais breve prazo possível, um Cancioneiro Popular genuinamente cearense.” (MOTA, 1932, p. 30).

Segundo Leonardo Mota, estudioso do folclore cearense, o padeiro José Carvalho foi o encarregado da organização do cancionário, que deveria ser genuinamente cearense. Eis as três primeiras:

1
Plantei amor no meu peito,
Pensando que não pegasse;
Tanto pegou que nasceu,
Tanto nasceu qu'inda nasce.

2
De Salomão a ciência,
Eu trago toda de cor;
Pai e mãe é muito bom,
Barriga cheia é melhor.

3
O ovo tem duas gemas,
Uma branca outra amarela;
A pinta que o galo tem
O pinto nasce com ela.

(CARVALHO, 1896, p.8)

Todas as quadrinhas publicadas em *O Pão* foram aproveitadas, em 1903, por Rodrigues de Carvalho (1867-1935), folclorista que comemorou o centenário da colonização cearense por intermédio do seu livro *Cancioneiro do Norte*. Do livro do folclorista, as quadrinhas, primeiramente publicadas nas colunas do jornal da Padaria Espiritual, irradiaram-se para outras antologias e hoje fazem parte do patrimônio folclórico brasileiro.

Os padeiros, preocupados com a afirmação de uma realidade nacional sem influências estrangeiras, elegeram a realidade popular brasileira como definidora do caráter nacional, em específico o modo de vida simples dos cearenses e os traços regionais, como apresentado nos textos citados, publicados em *O Pão*. Comportando traços de teor

nacionalista-regionalista, os padeiros realizaram uma leitura da realidade local baseada no modo de vida dos cearenses mais simples, habitantes dos sertões ou dos arrabaldes da capital (remanescentes de indígenas, caboclos, retirantes, negros) que, a duras penas, resistiam à ideologia do progresso disseminada por grupos intelectuais como a Academia Francesa e o Centro Literário. De um lado, a diversidade das experiências culturais dos sujeitos que, ao longo da história, materializaram a sua realidade, desde os tempos remotos da antiga vila, com seus cultos religiosos, curandeirismos, festas, isto é, os produtos daquela experiência coletiva. De outro, a emergência por incorporar o projeto de uma nova ordem econômica e social, o capitalismo que, utilizando-se de um discurso racional, empenhou-se em destruir todas as alteridades culturais.

As contradições sociais, políticas e econômicas do contexto em que viviam eram duramente criticadas por esses escritores, o que acabava por lhes despertar uma grande preocupação para com as classes menos favorecidas e a influência cultural que destruía os costumes locais. Ainda quando não se expressavam sobre os problemas sociais propriamente ditos, estavam quase sempre atentos ao que ocorria na sociedade e à possibilidade de, usando a imprensa e a literatura como instrumentos, descreverem, criticarem ou mesmo intervirem em suas transformações, fiéis à sua crença no poder da cultura.

Recebido em 1/10/2013

Aprovado em 15/5/2015

NOTAS

¹ A Padaria Espiritual surge, em 1892, das reuniões de um grupo de rapazes que se encontravam nas mesas do Café Java, um quiosque que ficava no centro de Fortaleza, para falar de literatura. O intuito maior do grupo era despertar nos cearenses, como fora de interesse de outras sociedades literárias, o gosto artístico, principalmente literário. Entretanto, como já havia precedentes de sociedades literárias, muitas delas de traços tradicionais, então os integrantes da Padaria Espiritual (padeiros), em especial seu idealizador, Antônio Sales, decidiram produzir algo original e, se necessário, até mesmo escandaloso, mas que repercutisse entre os cearenses. Desse modo, Antônio Sales deu um nome original ao grêmio, Padaria Espiritual, e, em seguida, elaborou seu inovador programa de instalação, alcançando grande sucesso. Apesar do espírito jovial e brincalhão dos padeiros, a verdade é que a Padaria Espiritual contribuiu muito para a promoção da literatura cearense.

² Preocupados em divulgar suas ideias e obras e, ainda, impor-se socialmente, era natural que os padeiros tivessem um jornal que fosse porta-voz dos seus interesses. A intenção de publicar *O Pão* surgiu junto com a organização da Padaria Espiritual, pois era difícil conceber uma sociedade literária sem um jornal que divulgasse as ideias do grupo. No que se refere às suas produções, além de sanar os problemas relacionados com as dificuldades eventuais de edição da obra em volume, a publicação dos textos nas colunas do jornal também era uma interessante oportunidade que os padeiros tinham de sondar a aceitação do público.

³ A Padaria Espiritual, preocupada com a renovação intelectual, procurou despertar nos cearenses, por meio de ações excêntricas, o gosto pela literatura. O programa de instalação, muito original para a época e transcrito em vários jornais do país, immortalizou a agremiação na historiografia literária brasileira. Informa o segundo artigo do programa que a Padaria Espiritual seria composta por um Padeiro-mor (presidente), de dois Forneiros (secretários), de um Gaveta (tesoureiro), de um Guarda-Livros (bibliotecário) e todos os sócios se chamariam Padeiros.

FONTE

O PÃO. Fortaleza, 1892-1896.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948.

BATISTA, Sabino. Noite de Festa. *O Pão*, Fortaleza, n. 5, p. 5, 1895.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CAMINHA, Adolfo. Sabatina. *O Pão*, Fortaleza, n. 2, p. 1, 1892a.

CAMINHA, Adolfo. Sabatina. *O Pão*, Fortaleza, n. 4, p. 4, 1892b.

CAMINHA, Adolfo. Sabatina. *O Pão*, Fortaleza, n. 5, p. 3, 1895c.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto no Ceará, 2002.

CARLOS JUNIOR, José. Carta à Padaria. *O Pão*, Fortaleza, n.6, p. 4, 1895a.

CARLOS JÚNIOR, José. Ordem e Progresso. *O Pão*, Fortaleza, n. 14, p. 4, 1895b.

CARVALHO, José. Cancioneiro Popular. *O Pão*, Fortaleza, n. 34, p.8, 1896.

CAVALCANTE, Waldomiro. *O Pão*, Fortaleza, n. 8, p. 1, 1895.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1947.

_____. *Educandários de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1979.

LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial – 1850-1880*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MACHADO, Ana M. *Explorando a América Latina*. São Paulo: Ática, 2000.

MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edésio, 1938.

MOTA, Paulo. Livro resgata confraria pré-modernista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 maio 2002. Folha Ilustrada, p. 03.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

NEEDELL, Jeffrey D. A Belle Époque. In: _____. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

POMPEU FILHO, Tomás. *Ensaio estatístico do Ceará*. Fortaleza: Tipografia do jornal *A República*, 1893.

PONTE, Sebastião R. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860 – 1930*. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

SALES, Antônio. *Retrospecto dos feitos da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Tip. d'A República, 1894.

SALES, Antônio. Os quinze dias. *O Pão*, Fortaleza, n. 21, p. 1, 1895a.

SALES, Antônio. Os quinze dias. *O Pão*, Fortaleza, n. 24, p. 1, 1895b.

SALES, Antônio. Os quinze dias. *O Pão*, Fortaleza, n. 29, p.1, 1895c.

SALES, Antônio. Saco de ostras. *O Pão*, Fortaleza, n. 2, p.8, 1892a.

SALES, Antônio. Saco de ostras. *O Pão*, Fortaleza, n. 3, p.2, 1892b.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, 1924.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. São Paulo: Hiucitec, 1995.